

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.427 - SP (2019/0247783-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : CRISTINIANO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : CRISTINIANO FERREIRA DA SILVA - SP396617
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO ALMEIDA VILELA MOREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de RODRIGO ALMEIDA VILELA MOREIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2105562-03.2019.826.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 29/3/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do aresto acostado às fls. 8/20 dos autos.

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 150 dias sem que a instrução tenha sido encerrada.

Sustenta que o paciente é dependente químico e que jamais esteve envolvido com a comercialização de entorpecentes. Por fim, invoca o princípio da presunção de inocência.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura.

Liminar indeferida às fls. 198/199.

Informações prestadas às fls. 205/206, 228/229.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 233/236).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que em 22/11/2019, foi concedida liberdade provisória ao paciente, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

